

# Atualização do IRPJ – Solução nº 11 da SRF



e orientar as atividades de tributação, bem como interpretar a legislação tributária e correlata, expedindo orientação normativa destinada a uniformizar sua interpretação.

Assim, a Solução de Divergência nº 11 tem o condão de dirimir qualquer dúvida quanto ao entendimento da Secretaria da Receita Federal no tocante à equiparação das prestadoras de serviços radiológicos aos hospitais, para fins de tributação de imposto de renda pessoa jurídica. Após diferentes decisões exaradas em recursos e impugnações no âmbito da própria Secretaria da Receita Federal, a mencionada Solução de Divergência apresenta-se como paradigma para as futuras decisões e possibilita que o contribuinte passe a recolher, desde já, o tributo sob a alíquota de 8%.

Portanto, embora não tenha sido promovida qualquer alteração na legislação pertinente à matéria, já existe precedente do próprio órgão arrecadador de que o recolhimento do tributo poderá ser feito à alíquota de 8% para as pessoas jurídicas (no caso as Clínicas) que optaram pela tributação no regime do Lucro Presumido. Já as empresas que não optaram por tal forma de recolhimento, poderão fazê-lo ainda este ano, para que a partir do exercício seguinte possam também recolher o tributo nos moldes do que restou expresso na Solução de Divergência nº 11.

Por outro lado, a compensação do montante pago à maior deve ser realizada com a observação de algumas cautelas. Isso porque, a Solução de Consulta nº 11, apesar de pôr à vista a interpretação da Secretaria da Receita Federal sobre o assunto, tem caráter meramente informativo e não possui a faculdade de alterar a legislação vigente.

Isso significa que, caso o contribuinte proceda a compensação do tributo nos moldes da Instrução Normativa nº 210 de 2002, existe grande risco de a fiscalização autuá-lo, uma vez que a compensação é realizada de antemão pelo contribuinte, ficando sujeita à ulterior homologação pelo Fisco Federal que, por dever de ofício, deve fazer aplicar a lei pura e simplesmente. Por esse motivo, é importante proceder à compensação de tais valores com o amparo de decisão judicial, evitando, desta forma, todos os infortúnios de eventual autuação fiscal.

Por fim, importante ressaltar que, nos moldes da legislação vigente, o contribuinte tem o direito de restituir o valor pago à maior nos últimos cinco anos, retroativos à data do ingresso com a competente ação em juízo.

*Dra. Adriana Franco de Souza é advogada da Área Tributária da Bueno Barbosa Advogados Associados, Assessoria Jurídica do CBR*